

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A

LEONARDO GOMES DA CUNHA

**INFLUÊNCIA DO ALINHAMENTO POLÍTICO E DA EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO NA REELEIÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS AO
LONGO DOS CICLOS POLÍTICOS**

**VITÓRIA
2023**

LEONARDO GOMES DA CUNHA

**INFLUÊNCIA DO ALINHAMENTO POLÍTICO E DA EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO NA REELEIÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS AO
LONGO DOS CICLOS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fucepe Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. João Eudes Bezerra Filho

**VITÓRIA
2023**

LEONARDO GOMES DA CUNHA

**INFLUÊNCIA DO ALINHAMENTO POLÍTICO E DA EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO NA REELEIÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS AO
LONGO DOS CICLOS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 07 de novembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr.: JOÃO EUDES BEZERRA FILHO
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Mestre: JOEBSON MAURÍLIO ALVES DOS SANTOS
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Profº Dr.: DIEGO RODRIGUES BOENTE
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela oportunidade de estudar e concluir o mestrado.

Aos meus familiares, minha mãe Nilda Gomes, tio Nilton Gomes (in memoriam) e especialmente minha esposa Fabiana Menezes e filha Luísa Menezes, pelo apoio, compreensão e persistência nos momentos de ansiedade e cansaço durante esta caminhada.

Ao professor e orientador Dr. João Eudes Bezerra Filho, por iluminar essa caminhada com seus conhecimentos e experiência, ajudando-me a conquistar este sonho que jamais imaginaria realizar.

Ao Professor Dr. Olavo Venturim Caldas, pelo conhecimento e considerações durante o curso, indicando os caminhos para atingir os objetivos desta pesquisa.

Aos colegas e professores do curso de Mestrado da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, pelo convívio e crescimento em diversas discussões acadêmicas.

“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”

(Peter Drucker)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar a eventual utilização política da máquina pública com propósitos eleitorais, mediante a análise da execução orçamentária e do alinhamento partidário em governos municipais. Como embasamento teórico, recorreu-se à teoria dos ciclos eleitorais. A amostra abrangeu 853 municípios do Estado de Minas Gerais, Brasil, no intervalo de 2000 a 2020, englobando cinco ciclos eleitorais. Do ponto de vista metodológico, empregou-se a técnica econométrica de regressão com dados em painel. Os resultados indicaram que o alinhamento partidário do ente municipal com estadual e federal potencializa as chances de reeleição ou de manutenção dos partidos no poder. Adicionalmente, a elevação das receitas orçamentárias favoreceu os candidatos que buscavam a reeleição. Contudo, prefeitos de municípios com maior Produto interno Bruto (PIB) e com arrecadação tributária mais expressiva apresentam chances reduzidas de reeleição. Esta pesquisa trouxe à tona evidências acerca da utilização da máquina pública como meio de financiar campanhas eleitorais municipais, oferecendo uma análise técnica que visa contribuir com os mecanismos de controle público do país (internos, externos e sociais).

Palavras-chave: Ciclos Políticos-Orçamentários; Mandatos Eleitorais; Gastos Públicos; Gastos Eleitoreiros.

ABSTRACT

The aim of this research was to investigate the possible political use of the public machine for electoral purposes, by analyzing budget execution and party alignment in municipal governments. The theory of electoral cycles was used as a theoretical basis. The sample covered 853 municipalities in the state of Minas Gerais, Brazil, from 2000 to 2020, encompassing five electoral cycles. From a methodological point of view, the econometric technique of regression with panel data was used. The results indicate that party alignment at the municipal, state and federal levels increases the chances of parties being re-elected or remaining in power. In addition, higher budget revenues favored candidates seeking re-election. However, mayors of municipalities with a higher GDP and more significant tax revenues have reduced chances of re-election. This research has brought to light evidence about the use of the public machine as a means of financing municipal election campaigns, offering a thorough analysis aimed at strengthening *accountability* and the country's public control mechanisms (internal, external and social).

Keywords: Political-Budgetary Cycles; Electoral Mandates; Public Spending; Election Spending.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação das variáveis estudadas.....	22
Tabela 2 - Resultado das estatísticas descritivas.....	26
Tabela 3 - Resultado do coeficiente de correlação de Pearson.....	28
Tabela 4 - Resultado da estimação do modelo de regressão probabilístico.	31
Tabela 5 – Resultado da estimação da razão de chance (odds ratio) do modelo de regressão probabilístico.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CICLOS ELEITORAIS.....	14
2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM ANOS ELEITORAIS.....	16
2.3 ARGUMENTO E HIPÓTESE	18
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	20
3.1 POPULAÇÃO E Amostra	20
3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	21
3.3 VARIÁVEIS	21
3.4 MODELO DE ANÁLISE	22
4 RESULTADOS	25
4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS.....	25
4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO E REGRESSÃO	27
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

À medida que a competitividade cresce no cenário político, gestores adaptam suas estratégias visando manter sua posição no poder. O aproveitamento da máquina pública em contextos eleitorais destaca-se, requerendo um olhar analítico sobre as prerrogativas do chefe do poder executivo durante as eleições em relação a candidatos da oposição (Jöst & Lust, 2022; Kao et al., 2022; Khemani, 2015).

Diversas pesquisas ao longo dos anos, incluindo as de Dias et al. (2018), Gonçalves et al., (2017), Lira (2023), Oliveira et al. (2022), Rogoff (1987), Tingstem (1937), e procuraram entender comportamentos políticos que poderiam influenciar a decisão dos eleitores em momentos de votação. Com base nisso, estudos recentes de Lira (2023) apontaram que municípios alinhados com a Presidência da República experimentaram um aumento significativo na oferta de serviços de saúde entre 2015 e 2016. Esse fenômeno pode ser observado quando partidos políticos trocam informações em diferentes escalas de governo, coordenando ações, estipulando diretrizes e promovendo políticas públicas. Desse modo, prefeitos com alinhamento partidário são capazes de oferecer mais serviços, influenciando diretamente a escolha dos eleitores (Saglie, 2020).

Considerando a Lei Eleitoral nº 9.504 de 1997, é evidente que as sanções estabelecidas pelo código eleitoral, juntamente com os múltiplos mecanismos de denúncia de ilícitos eleitorais, ainda são inadequadas no enfrentamento à corrupção política (Brasil, 1997).

A legislação nacional, embora evolua de forma gradual, tem se esforçado para criar ferramentas que confirmem à gestão pública atributos de integridade. Esse empenho visa consolidar os princípios constitucionais de publicidade, legalidade, moralidade e eficiência, tal como estabelece o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

No que tange à gestão orçamentária, há uma série de normas em vigor que asseguram a adequada destinação dos recursos, promovendo equilíbrio, supervisão e transparência nas finanças públicas (Brasil, 2000).

Assim sendo, tanto a administração pública quanto à gestão financeira são norteadas por um conjunto de normas que buscam prevenir práticas que possam comprometer a correta destinação dos recursos públicos, protegendo o interesse coletivo e o bem-estar comum.

Nesta linha de pensamento, vários estudiosos têm investigado a presença de ciclos eleitorais e seu impacto nos gastos governamentais. Orair et al. (2014) ressaltaram que os tomadores de decisão se valem de ferramentas de política econômica com motivações oportunistas, seja buscando a reeleição ou promovendo agendas ideológicas específicas.

Particularmente em períodos eleitorais, a economia apresenta flutuações, frequentemente influenciadas por fatores políticos. Essas variações são mais pronunciadas em nações em desenvolvimento com democracias recentemente estabelecidas, onde é mais provável que as políticas fiscais sejam manipuladas com motivações eleitorais (Brender & Drazen, 2005; Oriola, 2023).

Dentro deste contexto, gestores com uma abordagem oportunista aproveitam seu entendimento sobre questões que ressoam na economia, e conseqüentemente

na percepção do eleitorado, a fim de maximizar suas chances de reeleição ou assegurar a vitória de seus indicados (Gonçalves et al., 2017).

Para angariar popularidade, administradores enfatizam despesas que amplificam a visibilidade de suas ações, focando principalmente em investimentos que influenciam diretamente o cotidiano do eleitor. Assim, ressaltam-se inaugurações de obras nos momentos pré-eleitorais, direcionando o voto do eleitor com base em suas demandas imediatas (Dias et al., 2018).

A manipulação dos recursos públicos em contextos eleitorais transforma as campanhas em instrumentos potentes de persuasão. Possuindo controle sobre os recursos, os prefeitos recalibram as políticas já em vigor para atender aos anseios do eleitorado, consolidando sua posição dominante (Bartoluzzio & Anjos, 2020; Shi & Svensson, 2006).

Diante deste cenário, emerge a seguinte indagação: até que ponto a gestão orçamentária e a concordância político-partidária influenciam na probabilidade de reeleição dos prefeitos em Minas Gerais? Tendo este questionamento como norte, a pesquisa visou decifrar o potencial uso político da estrutura governamental com intenções eleitorais, avaliando a gestão financeira e a sintonia partidária das administrações municipais.

Tendo como alicerce teórico a teoria dos ciclos eleitorais, este estudo reconhece que os líderes políticos empregam sua expertise de maneira estratégica e oportunista, direcionando decisões que ampliem suas possibilidades de permanência no cargo (Gonçalves et al., 2017). Com base em constatações empíricas, identifica-se que os ciclos políticos englobam aspectos cruciais que devem ser minuciosamente acompanhados na gestão orçamentária municipal. A interpretação desses ciclos

sugere que investimentos mais robustos nos anos que antecipam o pleito favorecem a continuidade do gestor no poder (Santos et al., 2021).

O estado de Minas Gerais, sendo o terceiro maior em representatividade eleitoral e em Produto Interno Bruto no Brasil, de acordo com IBGE (2021), serviu como cenário para a análise. Foram coletados dados dos 853 municípios mineiros no intervalo de 2000 a 2020, abrangendo cinco ciclos eleitorais. Durante este período, monitorou-se a gestão orçamentária anualmente, focando na progressão dos investimentos durante os mandatos e, de forma mais acentuada, nos anos de eleições. A pesquisa também contemplou a probabilidade de continuidade partidária em situações onde o prefeito em segundo mandato, não pudesse concorrer novamente. Para tanto, utilizou-se o método de regressão logística para examinar empiricamente os elementos que influenciam a reeleição de um prefeito em Minas Gerais.

Os achados indicam que a harmonia partidária em esferas municipal, estadual e federal favorece a reeleição ou a manutenção do partido no comando. Adicionalmente, a ampliação das receitas orçamentárias foi benéfica para candidatos buscando reeleição. No que tange a despesas, somente os gastos associados à assistência social e saúde mostraram relevância estatística capaz de influenciar os resultados eleitorais. Em contrapartida, gestores de municípios com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* elevado e robusta arrecadação tributária enfrentaram maiores desafios para se reelegerem.

A motivação deste estudo reside na crescente demanda por análises que abordem a dinâmica das despesas estatais em contextos eleitorais, visando contrapor eventuais gastos de caráter estritamente eleitoral. Paralelamente, intensifica-se o

interesse pela estabilidade das finanças governamentais, com o intuito de assegurar a eficácia da política monetária e diminuir a exposição do Brasil a instabilidades econômicas (Oliveira et. al., 2022).

Deste modo, o presente trabalho enriquece o campo acadêmico dos ciclos políticos ao explorar como a gestão econômica em âmbito municipal é moldada pela temporalidade eleitoral. Adicionalmente, serve para sensibilizar entidades reguladoras e a sociedade sobre a vitalidade de supervisionar a administração orçamentária nos momentos que antecedem as eleições.

Compreender os efeitos dos ciclos políticos na administração de recursos é crucial para consolidar a robustez das finanças governamentais. Isso se reflete em uma ferramenta preciosa para avaliação de políticas governamentais, planejamento estratégico e gestão financeira (Gámez & Ibarra-Yúnez, 2009).

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CICLOS ELEITORAIS

As primeiras investigações em torno do ciclo político-econômico datam de 1937, fruto dos estudos desenvolvidos pelo sueco Hebert Tingsten (Tingsten, 1963) em que o autor focalizou na interação entre classes sociais, facções políticas e a influência do eleitorado, dando ênfase à importância dos elementos econômicos nas disputas eleitorais.

Downs (1957) delineou três pilares fundamentais para a teoria dos ciclos políticos: ideologias, convencimento e comportamento não racionais. Nesse contexto, as agremiações políticas almejam otimizar seus desempenhos eleitorais a fim de assegurar sua continuidade na esfera de poder. Para materializar esse intento, os formuladores de políticas atuam estrategicamente, buscando captar um apoio expressivo durante os períodos eleitorais, dando origem ao mencionado ciclo político (Nordhaus, 1975).

Dessa forma, na tentativa de garantir a reeleição ou a hegemonia de sua sigla no governo, os administradores ajustam as ferramentas de gestão econômica para concretizar suas metas, apresentando bons resultados para eleitores que possuem uma espécie de “miopia eleitoral”. Estes por sua vez, votam impulsionados por informações presentes desconsiderando períodos anteriores (Nordhaus, 1975).

Portanto, na busca por afirmar sua eficiência, o poder público age na esfera econômica, atenuando a inflação ao custo de aumentar o desemprego. Com a aproximação de um período eleitoral, a liderança busca recalibrar a economia visando

diminuir o desemprego e, assim, ganhar proeminência no cenário político. Após o período eleitoral, a dinâmica se altera, ou seja, a administração promove ajustes que intensificam o desemprego como mecanismo de contenção inflacionária, originando o ciclo político-econômico (Nordhaus, 1975).

É evidente a interdependência entre a política e a economia. As deliberações em uma esfera influenciam os desdobramentos na outra, tornando ambígua a cadeia causal entre ambas (Sakurai & Gremaud, 2007).

Nesse contexto, os agentes políticos são impulsionados por aspirações que não são exclusivas entre si: a busca pela reeleição e inclinações políticas ou ideológicas. Contudo, a mescla de interesses partidários com ciclos eleitorais pode gerar desfechos não almejados pela sociedade (Alesina, 1989).

Ainda nessa ótica, líderes políticos atuam de maneira estratégica, implementando medidas que evidenciam seus méritos, almejando primordialmente sua continuidade no cargo ou a manutenção de sua sigla no poder. Estes padrões são rotulados de "ciclos eleitorais" devido à influência que a iminência de eleições exerce sobre eles (Melo, 2006).

Cabe ressaltar que a gestão pública e a supervisão das finanças, embasadas em um paradigma burocrático, são norteadas por legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal Lei. 101/2000 e a Lei 8.666/93, recentemente atualizada pela Lei 14.133/21 (Brasil, 1993, 2000, 2021). Quando diligentemente aplicadas, tais normativas têm potencial para coibir práticas que comprometem a íntegra aplicação de recursos, prejudicando o bem-estar coletivo (Santos et. al., 2021). De acordo com estudos de Sakurai (2009), após a instituição da Lei de Responsabilidade fiscal, houve um crescimento das despesas correntes em comparação com as de investimento.

Utilizando dados em painel, o autor apresentou que após a introdução da LRF, houve redução nas despesas de saúde, transporte, comunicação, habitação e legislativo. Porém, no mesmo período, houve aumento na educação, agricultura, assistência social e cultura.

Dessa forma, é pertinente analisar o incremento de despesas em épocas que antecedem eleições à luz da Teoria dos Ciclos Políticos. Administradores em mandato, por vezes, mobilizam recursos e ferramentas estatais com o propósito de consolidar sua posição. Para tal, delineiam estratégias econômicas que ressoam positivamente junto ao eleitorado, resultando em fases de expansão econômica pré-eleitoral e retração no pós-eleitoral (Sakurai, 2009).

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM ANOS ELEITORAIS

Ao analisar a execução orçamentária, percebe-se que tanto despesas recorrentes (operacionais) quanto de capital (investimentos) podem impactar na continuidade dos gestores no poder. Pesquisas indicam uma propensão dos líderes a incrementar despesas às vésperas de eleições, visando sua própria reeleição ou a manutenção de sua sigla na liderança (Drazen & Eslava, 2010).

Shi e Svenson (2006) evidenciaram em suas investigações que o desequilíbrio fiscal crescia em 1% do PIB durante as eleições. Tal crescimento favorece o governante incumbente em comparação a seus oponentes, indicando que uma abordagem oportunista pode ser benéfica ao detentor do cargo (Aidt & Mooney, 2014).

É observável que, em anos eleitorais, há uma expansão nos investimentos em setores como educação e saúde. A intenção central dessas alocações é evidenciar a capacidade administrativa do governante, buscando atrair tanto simpatizantes quanto

opositores, reforçando assim a noção de ciclos políticos eleitorais (Videira e Mattos, 2011).

Adicionalmente, é notório que ampliar os investimentos públicos visando aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos tornou-se uma estratégia comum para potencializar a imagem do governante em períodos eleitorais (Dias et al., 2018; Gonçalves et al., 2017). Tal comportamento estratégico leva os formuladores de políticas a adequar os mecanismos econômicos com o intuito de maximizar sua base de apoio (Preussler & Portugal, 2009).

Pesquisas conduzidas por Vicente e Nascimento (2012) apontam a existência de dois perfis de eleitores: o eleitor racional, que avalia o futuro desempenho de um governante; e o eleitor convencional, que baseia sua avaliação no histórico de atuação. Além disso, os líderes são categorizados como oportunistas, quando adotam medidas que causam impactos imediatos na economia, ou ideológicos, quando estão focados em metas sociais e políticas de longo prazo.

Os cidadãos valorizam a qualidade com que os serviços públicos são disponibilizados, pois a eficácia na prestação desses benefícios pode render dividendos eleitorais aos gestores atuais (Florence, et. al. 2022). Esta percepção é corroborada por estudos de Bezerra e Barros (2021), os quais destacam que a correta aplicação dos recursos pode direcionar as escolhas eleitorais, levando à rejeição de administradores que demonstram fragilidades na gestão da alimentação escolar. Assim, muitos líderes buscam ampliar a prestação de serviços à comunidade, esperando que tal atitude seja interpretada pelo eleitorado como uma evidência de sua habilidade administrativa (Shi & Svensson, 2006).

2.3 ARGUMENTO E HIPÓTESE

Com base em orientações ideológicas, agremiações políticas de orientação mais conservadora tendem a obter êxito em seus intentos reeleitorais graças a decisões tradicionalistas e posturas mais cautelosas (Balaguer-Coll et al., 2014).

Adicionalmente, observa-se uma relação direta entre os votos angariados por um governante em seu primeiro mandato e as chances de recondução ao cargo para uma segunda gestão (Mendes & Rocha, 2004). O cenário político apresenta brechas que permitem a criação de grupos de influência que, por vezes, direcionam decisões de líderes políticos, orientando-as conforme os desejos daqueles que os endossam, nesse caso, os eleitores (Brambor & Ceneviva, 2012).

Nota-se uma harmonia nas interações entre as esferas políticas municipal e estadual, evidenciando-se um alinhamento entre o partido do prefeito e o do governador, bem como entre o partido do prefeito e o do presidente. Contudo, essa relação não parece ser tão expressiva quando se trata da esfera federal (Cavalcante, 2016).

Por fim, a atenção básica à saúde é mais valorizada nos municípios que compartilham a mesma orientação partidária do presidente, reforçando uma tendência de priorização a essas localidades alinhadas ao governo central (Lira, 2023).

Mediante aprimoramentos no registro dos habitantes, o administrador local obtém vantagens sem incrementar seus custos, visto que é o governo federal que arca com as transferências de renda (Rocha et al., 2021).

Desse modo, propõem-se as seguintes hipóteses para este estudo:

H1a: O alinhamento partidário com o governador e presidente da república, juntamente com a execução orçamentária, influencia positivamente na continuidade dos prefeitos ou de suas respectivas siglas no comando.

H1b: A consonância com o partido do governador tem impacto relevante na reeleição do prefeito ou na manutenção de sua agremiação no poder.

H1c: A sintonia com o partido presidencial tem um papel determinante na reeleição do prefeito ou na permanência de sua legenda à frente da gestão.

H1d: A execução orçamentária exerce influência na chance de reeleição dos gestores.

A colaboração entre as três esferas governamentais, potencializada pela proximidade entre seus representantes, facilita a obtenção de verbas, refletindo nas probabilidades de reeleição ou manutenção do partido no comando (Sakurai & Menezes-Filho, 2007).

Considerando o papel vital dos investimentos públicos para a qualidade de vida dos votantes, o aumento destes tem sido a estratégia mais recorrente para os líderes potencializarem sua imagem durante o período eleitoral (Dias et al., 2018; Gonçalves et al., 2017).

Os administradores reconhecem que suas escolhas políticas podem reverberar na economia, captando a atenção dos cidadãos acerca de sua habilidade enquanto gestores. Isso motiva os líderes a adotarem posturas mais estratégicas visando sua continuidade no cargo (Li et al., 2022; Rogoff, 1987; Sever & Yücel, 2022).

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Esta pesquisa, de natureza descritiva e abordagem quantitativa, teve como propósito examinar a possível utilização política do aparato público com finalidades eleitorais. Através da avaliação da execução orçamentária em nível municipal, o estudo buscou detalhar, quantificar e discernir a quantidade de prefeitos que conseguiram reeleição ou que foram eleitos com o apoio de seus antecessores, bem como o volume de gastos públicos direcionados para assegurar essa continuidade no poder.

Com base em informações de 2021 fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Minas Gerais se destaca como o terceiro maior colégio eleitoral e detentor do terceiro maior PIB nacional. Por essa razão, empregou-se um conjunto de dados abordando características econômicas, financeiras e sociais dos municípios mineiros. Assim, a intenção é avaliar como os gastos públicos influenciam as escolhas eleitorais em um contexto que envolve aproximadamente 21,4 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 651 bilhões registrado em 2019 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2021).

O intervalo temporal escolhido para este estudo abrangeu os anos de 2000 a 2020. Durante esse período, foram escrutinados os desfechos eleitorais, a execução orçamentária, o PIB e a renda *per capita* dos 853 municípios mineiros. Dessa maneira, a análise abarca cinco ciclos eleitorais completos. A decisão por esse recorte temporal e pela análise dos municípios de Minas Gerais justifica-se pela relevância demográfica

do estado, que representa cerca de 9,91% da população brasileira, conforme dados do IBGE de 2021.

3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

O estudo fundamentou-se na obtenção de dados por meio de plataformas institucionais. As informações relativas aos dispêndios orçamentários foram adquiridas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde foram extraídas variáveis referentes à população, PIB municipal *per capita*, entre outras. No portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram obtidos detalhes sobre eleições, reeleições, filiação partidária dos governos locais e estaduais, bem como anos eleitorais. Por outro lado, o *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi consultado, especificamente no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), para acessar dados sobre despesas de capital, pendências financeiras, gastos em saúde e educação, despesas com pessoal, quitação de dívidas, juros, encargos relacionados, arrecadação orçamentária, receitas tributárias, transferências de capital e demais receitas de capital.

3.3 VARIÁVEIS

Para analisar se as flutuações nos gastos orçamentários e a influência partidária estão correlacionadas à reeleição de administradores municipais ou à continuidade de seus partidos, empregou-se a técnica de regressão com dados em painel. Esses dados foram analisados utilizando painel desbalanceado, pois as variáveis de alguns municípios não estavam disponíveis em alguns anos. Além disso, as variáveis monetárias foram deflacionadas pelo IPCA. Nesse contexto, a avaliação

das variáveis quantitativas permite investigar o comportamento da variável dependente (Hair et. al., 2009). Estas variáveis estão detalhadas na Tabela 1, conforme sua fonte, base teórica e expectativa de relação.

TABELA 1: REPRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS

Variável Dependente	Descrição da variável	Fonte
Reeleic	Variável <i>dummy</i> para reeleição = 1 (um) se o prefeito da cidade <i>i</i> foi reeleito no ano <i>t</i> e 0 (zero) caso contrário	TSE

Variáveis Independentes	Descrição	Relação esperada	Fonte
Saud	Despesas com Saúde no período <i>t</i>	Positiva	STN
Educ	Despesas com educação no período <i>t</i>	Positiva	STN
Assist	Despesa com Assistência Social no período <i>t</i>	Positiva	STN
RecOrc	Receita orçamentária <i>per capita</i> no período <i>t</i>	Positiva	STN
PartGov	Partido político Gov. / Pref.	Positiva	TSE
PartPres	Partido político Pres. / Pref.	Positiva	TSE
Vot	Percentual de votos recebidos no pleito anterior	Positiva	TSE
Pop	População	Controle	IBGE
PIB	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> no período <i>t</i>	Controle	IBGE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Desenvolvimento.

Os dados foram organizados por município e ano, e em seguida, foram exportados para o *software* Stata® versão 17.

3.4 Modelo de análise

Para determinar empiricamente os fatores que influenciam a probabilidade de reeleição de um prefeito nos municípios de Minas Gerais, optou-se pelo uso do modelo de regressão logística. A escolha desse modelo justifica-se pelo fato de a variável dependente ser qualitativa, adotando o valor um (1) se o prefeito do município *i* obteve reeleição no tempo *t* e zero (0) em caso negativo (Gujarati & Porter, 2011). Este estudo é classificado como quantitativo com dados em painel, uma vez que as unidades de observação se repetem através dos ciclos políticos.

$$\begin{aligned}
\text{Reeleição}_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \text{PartGov}_{i,t} + \beta_2 \text{Part_Pres}_{i,t} + \beta_3 \text{RecOrc}_{i,t} + \beta_4 \text{PIB}_{i,t} \\
& + \beta_5 \text{Voto}_{i,t} + \beta_6 \text{Pop}_{i,t} + \beta_7 \text{Assist}_{i,t} + \beta_8 \text{Educ}_{i,t} + \beta_9 \text{Saude}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}
\end{aligned}$$

Em que: i indexa os municípios e t representa o período de tempo e $t = \{2000, \dots, 2020\}$; $\text{Reeleição}_{i,t}$ é uma variável binária que assume valor igual um (1) se o prefeito do município i foi reeleito no ciclo político t e zero (0) caso contrário; ε_{ij} é o termo de erro aleatório da regressão, em que $\varepsilon_{ij} \sim N(0, \Sigma)$.

Para a estimativa dos modelos propostos, utilizou-se inicialmente o modelo de Probabilidade Linear (POLS). Conforme Gujarati e Porter (2011), tal modelo é aplicável quando a dimensão temporal dos dados não influencia o processo de estimação, visto que não existe diferenciação temporal entre os municípios. Deste modo, o método de estimação pelo POLS trata o agrupamento das unidades de observação como um corte transversal único.

Outro método de estimação adequado ao modelo refere-se à técnica para dados em painel por Efeitos Fixos (EF), empregando diferenciação relativa à média. Por meio desta técnica, é possível eliminar os impactos de características municipais constantes ao longo do tempo, mesmo que correlacionadas com outras variáveis do modelo.

Quando as diferenças entre municípios, que são constantes ao longo do tempo, não se correlacionam com as outras variáveis incluídas no modelo estatístico sugerido, a estimação do modelo por Efeitos Aleatórios (EA) pode proporcionar estimadores mais consistentes em comparação com outros métodos de estimação (Gujarati & Porter, 2011).

Para determinar a consistência dos modelos, foram aplicados o teste dos Multiplicadores de Lagrange e o teste de Hausman. O teste de Lagrange avalia se as

estimativas obtidas pelo método POLS são mais adequadas do que aquelas derivadas para dados em painel (Gujarati & Porter, 2011). O objetivo desse teste é verificar a presença ou ausência de heterogeneidade entre os indivíduos, justificando a aplicação de modelos em painel. Por outro lado, o teste Hausman distingue, entre os métodos de EF e EA, qual oferece estimativas mais consistentes. A hipótese nula do teste de Hausman assume que o método EA produz estimativas superiores ao método EF.

Capítulo 4

4 RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Devido ao fato das variáveis de alguns municípios não estarem disponíveis em determinados anos, utilizou-se painel desbalanceado resultando em 17.191 amostras. Desta forma os resultados das estatísticas descritivas do estudo encontram-se na Tabela 2. Do total de prefeitos da amostra, 25,52% (DP= 43,60%) foram reeleitos no período investigado. Observou-se que 15,91% (DP = 36,58%) pertencem ao mesmo partido do governador do estado e 10,88% (DP = 31,15%) ao partido do presidente da república. A análise evitou aprofundar-se na relação de alinhamento partidário com o governador e presidente simultaneamente, pois isso causaria multicolinearidade com as variáveis partidárias individuais. Para um estudo desse tipo, seria imperativo estabelecer outra variável, em que a atribuição seria 1 se o prefeito estivesse alinhado ao partido tanto do governador quanto do presidente e 0 para outros casos.

Analisando a Tabela 2, destaca-se que a receita orçamentária *per capita* média foi de R\$ 7.089,21 (DP = R\$ 8.771,08). O PIB *per capita* médio no período foi de R\$ 39.497,87 (DP = R\$ 53.170,70).

Considerando a vastidão de municípios no estado, as estatísticas indicam uma média de 21.178 habitantes por município. O percentual médio de votos válidos (desconsiderando votos brancos e nulos) para prefeitos eleitos foi de 26,09%.

Além disso, verificou-se que os gastos *per capita* com assistência social e educação foram, em média, de R\$ 261,90 e R\$ 1.954,48, respectivamente. Enquanto os gastos médios com saúde situaram-se em R\$ 2.123,69.

TABELA 2: RESULTADO DAS ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variáveis	Média	Desvio Padrão (DP)	Cv	Min	p25	p50	p75	Max	N
Reeleito	0.25525	0.436014	1.708186	0	0	0	1	1	17191
PartGov	0.159153	0.365829	2.298601	0	0	0	0	1	17191
PartPres	0.108894	0.311516	2.860717	0	0	0	0	1	17191
RecOrç	7089.215	8771.088	1.237244	114.8775	2685.8	5237.583	8949.113	302909.7	17191
Voto	26.09862	62.55814	2.39699	0.001289	0.036114	28.26458	37.69878	5012.813	17191
Pop	21178.03	79802.24	3.768162	780.9999	4803	8013.002	17433	2523794	17191
PIB	39497.87	53170.7	1.346166	3861.487	14925.26	27094.26	45542.37	1123058	17191
Assist	261.9041	922.112	3.5208	0.015708	78.12949	163.5495	293.5305	63358.34	17191
Educ	1954.48	7767.729	3.97432	4.324725	667.0364	1216.242	2072.803	475140.9	17191
Saud	2123.691	10763.93	5.068499	1.131658	535.4449	1168.234	2225.838	595413.2	17191

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: As variáveis monetárias foram deflacionadas pelo IPCA.

4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO E REGRESSÃO

Na Tabela 3, a matriz de correlação de Pearson é evidenciada. A partir desta, constata-se que as variáveis PartGov, PartPres, InRecOrç, Voto, InAssist e InEduc correlacionam-se positivamente com a variável referente ao status de reeleição do prefeito. Em contraste, a variável InPop demonstra correlação negativa com a variável de status de reeleição, com significância estatística de 10%. Nota-se que as demais variáveis não possuem correlações elevadas entre si, minimizando preocupações com multicolinearidade.

TABELA 3: RESULTADO DO COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

Variáveis	Reeleito	PartGov	PartPres	InRecOrc	Voto	InPop	InPIB	InAssist	InEduc	InSaud
Reeleito	1.000									
PartGov	0.035*	1.000								
PartPres	0.062*	-0.056*	1.000							
InRecOrc	0.030*	-0.149*	-0.110*	1.000						
Voto	0.032*	-0.053*	-0.034*	0.294*	1.000					
InPop	-0.032*	0.001	0.055*	-0.274*	-0.120*	1.000				
InPIB	0.000	-0.108*	-0.076*	0.667*	0.183*	0.233*	1.000			
InAssist	0.021*	-0.120*	-0.079*	0.705*	0.237*	-0.239*	0.482*	1.000		
InEduc	0.025*	-0.117*	-0.090*	0.755*	0.246*	-0.384*	0.468*	0.754*	1.000	
InSaud	0.020*	-0.143*	-0.101*	0.809*	0.262*	-0.259*	0.566*	0.747*	0.909*	1.000

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Os resultados das estimativas do modelo em questão estão detalhados na Tabela 4. Inicialmente, procedeu-se à estimação do modelo POLS, cujo desfecho é apresentado na coluna 1 da mencionada tabela.

Para determinar a consistência das estimativas deste modelo em relação ao modelo probabilístico para dados em painel, aplicou-se o teste dos Multiplicadores de Lagrange. Este teste confrontou a hipótese nula, segundo a qual o modelo POLS gera estimativas mais consistentes, com a hipótese alternativa de superioridade dos métodos de estimação para dados em painel. O desenlace deste teste, também localizado na coluna 1 da Tabela 4, conduziu à rejeição da hipótese nula com um nível de significância estatística de 1%. Assim, optou-se por estimar o modelo considerando a formulação para dados em painel.

Nas colunas 2 e 3, evidenciam-se os resultados da estimação do modelo probabilístico por EF e EA. A fim de determinar a superioridade de um desses métodos de estimação, aplicou-se o teste de Hausman. Nesse teste, a adoção do modelo de EA é indicada pela hipótese nula. Por outro lado, a rejeição dessa hipótese aponta para a preferência pelo modelo de EF, dada a consistência de suas estimativas. Com base nos resultados apresentados na coluna 1 da Tabela 4, a hipótese nula foi rejeitada com um nível de significância estatística de 5%, o que sinaliza a adequação do modelo de EF.

Foi aplicado o teste de heterocedasticidade de Breusch e Pagan (1980), revelando que os erros não apresentam constância ao longo da amostra. Esse teste, apresentado na coluna 1 da Tabela 4, conduziu à rejeição da hipótese nula.

O Teste de Inflação de Variância (VIF) foi aplicado para identificar possível multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo. De acordo com Gujarati

e Porter (2011), multicolinearidade é identificada quando o VIF excede 10. A coluna 1 da Tabela 4 sugere ausência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo proposto.

A análise baseada no modelo EF, ilustrada na coluna 3 da Tabela 4, revela que a afiliação partidária ao governador eleva a probabilidade de reeleição de um prefeito, visto que há uma relação positiva e significativa, ao nível de 5%, entre a variável PartGov e a variável dependente. Similarmente, a afiliação partidária ao presidente também eleva essa probabilidade, conforme indica a relação positiva e significativa entre a variável PartPres e a dependente.

As análises indicam que prefeitos de municípios com elevadas arrecadações orçamentárias têm menor probabilidade de reeleição, dada a relação negativa entre a variável InRecOrc e a dependente. Há também uma relação positiva entre a variável Voto e a dependente, sugerindo uma maior chance de reeleição para prefeitos com expressivo percentual de votos na eleição anterior. Contudo, uma relação negativa entre o PIB e a variável dependente sugere que prefeitos em municípios com maior PIB *per capita* têm menores chances de se reeleger.

A análise também revelou um aspecto interessante em relação ao orçamento dedicado à assistência social. Prefeitos de municípios que investem substancialmente em assistência social demonstram maiores possibilidades de reeleição. Isso se evidencia pela relação positiva e estatisticamente significativa, ao nível de 5%, entre a variável Assist e a variável dependente. Este resultado sugere a importância da assistência social na avaliação do mandato por parte dos eleitores e destaca a relevância de políticas públicas voltadas para o bem-estar da população no cenário eleitoral.

TABELA 4: RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DO MODELO DE REGRESSÃO PROBABILÍSTICO.

	Variável Dependente: <i>Reeleição</i>		
	(1) POLS	(2) E.F.	(3) E.A.
PartGov	0.0530*** (0.01)	0.2289*** (0.06)	0.2716*** (0.05)
PartPres	0.0974*** (0.01)	0.4378*** (0.07)	0.4913*** (0.06)
lnRecOrç	0.0396*** (0.01)	0.3065*** (0.06)	0.2359*** (0.05)
Voto	0.0002*** (0.00)	0.0007** (0.00)	0.0008** (0.00)
lnPop	-0.0031 (0.00)	0.1809 (0.27)	0.0006 (0.03)
lnPIB	-0.0165** (0.01)	-0.3513*** (0.07)	-0.1486*** (0.05)
lnAssist	-0.0005 (0.00)	0.0619** (0.03)	0.0227 (0.03)
lnEduc	0.0075 (0.01)	-0.1095 (0.07)	-0.0197 (0.06)
lnSaud	-0.0127 (0.01)	0.0725 (0.06)	-0.0201 (0.06)
Constante	0.0151 (0.08)		-2.6183*** (0.52)
	Breusch-Pagana	228.97***	
	Lagrangeb	344.79***	
	Hausmanc	39.49***	
	VIFd	3,33	
	Observações	17191	

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: [a] Teste de Heterocedasticidade de Breusch-Pagan, onde a hipótese nula é variância constante do termo de erro; [b] Teste de Lagrange de onde a hipótese nula é que OLS produz estimadores mais consistentes; [c] Teste de Hausman, onde a hipótese nula é que modelo estimado por EA produzem estimativas mais consistentes; [d] Fator de Inflação de Variância, onde resultado maior que 5 indica multicolinearidade entre as variáveis explicativas; [iii] *, **, *** indica *significativos estatisticamente* aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Na Tabela 5, são expostos os valores do Odds Ratio, referentes às variáveis do modelo econométrico, que permitem quantificar o impacto percentual de cada variável sobre a probabilidade de reeleição de um gestor municipal. A análise revela os seguintes insights:

- (1) Afiliação Partidária: Prefeitos que compartilham a mesma afiliação partidária do governador do estado apresentam uma chance de reeleição 25% maior.

Quando alinhados ao partido do presidente da república, essa chance é ampliada em 54%. Estes resultados salientam a influência da coesão partidária nos resultados eleitorais a nível municipal.

- (2) Arrecadação de Receitas: Prefeitos que logram uma eficaz arrecadação de receitas orçamentárias veem suas chances de reeleição aumentar em 35%. Este dado evidencia a valorização, por parte do eleitorado, de gestores capazes de maximizar os recursos financeiros do município. O que pode estar por trás desse resultado é que o aumento do PIB pode não estar se traduzindo em redução de desigualdade de renda. Ou seja, a economia de um município pode estar produzindo mais, mas a renda gerada com essa produção pode estar ficando concentrada na mão de poucos, o que pode aprofundar ainda mais algumas mazelas sociais.
- (3) Percentual de Votos: A popularidade do prefeito, medida pelo percentual de votos obtidos na última eleição, tem impacto direto nas chances de reeleição. Para cada aumento percentual na votação, a probabilidade de reeleição cresce 0,007%. Embora esse aumento pareça marginal, ele enfatiza a importância da continuidade do apoio popular ao longo do mandato.
- (4) PIB *per capita*: De maneira interessante, prefeitos de municípios com um elevado PIB *per capita* apresentam 30% menos chances de se reelegerem. Isso pode sinalizar expectativas mais elevadas dos eleitores em municípios mais ricos ou outros fatores socioeconômicos que influenciam a avaliação do desempenho do prefeito.
- (5) Investimentos em Políticas Públicas: A análise também ressalta a importância de investimentos estratégicos em áreas sensíveis para o

eleitorado. Gestores que destinam maiores recursos para assistência social têm 6,3% mais chances de serem reeleitos. Estes números sublinham a relevância de políticas públicas que atendam diretamente às necessidades básicas da população.

Em suma, a Tabela 5 oferece uma visão quantitativa sobre os fatores que influenciam a reeleição de gestores municipais, ressaltando tanto a dimensão política quanto a socioeconômica das eleições.

TABELA 5: RESULTADO DA ESTIMAÇÃO DA RAZÃO DE CHANCE (ODDS RATIO) DO MODELO DE REGRESSÃO PROBABILÍSTICO

Variáveis Independentes	Odds Ratio	Erro Padrão	z	P> z	[95% Conf.	Interval]
PartGov	1.257252	0.070287	4.09	0.000	1.126772	1.402842
PartPres	1.549286	0.10281	6.6	0.000	1.360336	1.76448
lnRecOrç	1.358613	0.083613	4.98	0.000	1.204233	1.532784
Voto	1.000706	0.000354	1.99	0.046	1.000011	1.001401
lnpop	1.198345	0.329183	0.66	0.510	0.699452	2.053078
lnPIB	0.703799	0.051837	-4.77	0.000	0.609193	0.813098
lnAssist	1.063803	0.032763	2.01	0.045	1.001489	1.129995
lnEduc	0.896251	0.060793	-1.61	0.106	0.78468	1.023685
lnSaud	1.075143	0.06601	1.18	0.238	0.953247	1.212626

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apurados evidenciam que a congruência partidária entre o prefeito e o governador ou presidente aumenta as chances de reeleição em 25% e 54%, respectivamente. Como destacado por Bezerra e Barros (2021), a filiação ao mesmo partido do governador e a posse de capital político têm impacto positivo na probabilidade de reeleição dos prefeitos.

Por outro lado, gestores de municípios com elevados níveis de PIB *per capita* enfrentam uma redução de 30% na probabilidade de serem reeleitos. Estudos de

Guerra et al. (2018) salientam que localidades com altas taxas de analfabetismo tendem a favorecer a continuidade dos partidos no poder.

No tocante à variável voto, os dados indicam que prefeitos com resultados eleitorais destacados na última eleição possuem um aumento de 0,007% na probabilidade de reeleição. Pesquisas de Mendes e Rocha (2004) confirmam que candidatos buscando reeleição usufruem de um "legado" de votos da eleição anterior. Desse modo, independentemente do desempenho do gestor, este detém um "saldo inicial" de votos no início da campanha eleitoral, conforme observado por Mendes e Rocha (2004).

Relativamente aos gastos, as variáveis que se mostraram estatisticamente significativas e influenciaram a reeleição foram os investimentos em assistência social. Conforme mencionado por Zanetti (2020), os eleitores tendem a apoiar partidos cujos programas estejam alinhados às suas demandas. A sintonia entre partidos e eleitorado, por ser dinâmica e temporária, quando quebrada, pode resultar em perda de suporte eleitoral, conforme discutido por Zanetti (2020). Uma pesquisa de Santos et al. (2021) indica que os investimentos em saúde, em muitos municípios, cumprem apenas o estipulado constitucionalmente, representando 15% da arrecadação.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi examinar a influência política nas eleições municipais no Estado de Minas Gerais. Com base na avaliação de 17.191 registros, o estudo destacou o impacto dos gastos públicos em anos pré-eleitorais e eleitorais sobre receitas orçamentárias e despesas em educação, saúde e assistência social. Adicionalmente, investigou-se a presença de evidências de influências políticas advindas do apoio eleitoral dos Governos Estadual e Federal.

Os resultados indicam que 25,52% dos gestores foram reeleitos durante o período em questão, corroborando a ideia de que um aumento nos investimentos em anos pré-eleitorais contribuem para maiores chances de reeleição. Gestores que alcançaram um percentual de votos mais expressivo na última eleição possuíram maior probabilidade de reeleição, sugerindo que o eleitorado valoriza líderes que empregam estratégias orçamentárias mais assertivas em momentos pré-eleitorais (Mendes & Rocha, 2004).

Os dados revelam também uma maior probabilidade de reeleição do prefeito quando há alinhamento político com os governos estadual e federal. Essa observação ressalta que a colaboração entre diferentes níveis de governo pode facilitar a obtenção e aplicação de recursos, impactando diretamente as chances de manutenção ou retorno de um partido ao poder (Bezerra & Barros, 2021; Sakurai & Menezes Filho, 2007).

Entretanto, foi identificado que gestores de municípios com PIB elevado, enfrentam menores chances de reeleição. Contudo, municípios que apresentam

maiores níveis de arrecadação, proporcionam maiores chances de reeleição de seus gestores.

Os resultados relativos à saúde, educação e assistência social, apresentaram baixo investimento e pouca relação com a variável reeleição, revelando que gestores buscam apresentar resultados visíveis aos eleitores ao invés de aplicarem recursos nas políticas sociais.

Estes achados enriquecem a literatura sobre ciclos políticos e servem como alerta para entidades fiscalizadoras e sociedade civil, reforçando a importância de monitorar a execução orçamentária em períodos pré-eleitorais.

Por último, sugere-se que estudos subsequentes investiguem a influência negativa do PIB na reeleição, em que cidades com maior PIB, podem ter maiores desigualdades sociais, bem como a expansão da análise para outras funções de atuação governamental.

REFERÊNCIAS

- Aidt, T. S., & Mooney, G. (2014). Voting suffrage and the political budget cycle: Evidence from the London Metropolitan Boroughs 1902–1937. *Journal of Public Economics*, 112, 53-71. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.01.003>
- Alesina, A. (1989). Politics and business cycles in industrial democracies. *Economic Policy*, 4(8), 55-98. <https://doi.org/10.2307/1344464>
- Balaguer-Coll, M. T., Brun-Martos, M. I., Forte, A., & Tortosa-Ausina, E. (2014). *Determinants of local governments' reelection: New evidence based on a Bayesian approach*. Economics Department, Universitat Jaume Castellón. http://www.doctreballeco.uji.es/wpficheros/Brun_et_al_06_2014.pdf
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Bezerra Filho, J. E., & Gondinho, S. B. (2021). Reeleição de prefeitos e gestão da alimentação escolar: uma avaliação de municípios brasileiros. *Revista Economia & Gestão*, 21(59), 185-202. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2021v21n59p185-202>
- Brambor, T., & Ceneviva, R. (2012). Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos Estudos - CEBRAP*, 93, 9-21. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200002>
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil (1993). *Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1997). *Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2000). *Lei complementar n° 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas dirigidas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Geral. (2021). *Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021*. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Secretaria Geral. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

- Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2012). *Portaria nº 753 de 21 de dezembro de 2012*. Altera a Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Subsecretaria de Contabilidade Pública.
https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/26122012_portaria_753.pdf
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52(7), 1271-1295.
<https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>
- Breusch, T. S., & Pagan, A. R. (1980). The Lagrange multiplier test and its applications to model specification in econometrics. *The Review of Economic Studies*, 47(1), 239-253. <https://doi.org/10.2307/2297111>
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 307-330. <https://doi.org/10.1590/0034-7612146623>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/257897>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92(1), 39-52.
<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2009.01.001>
- Gámez, C., & Ibarra-Yúnez, A. (2009). El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y Política Pública*, 18(1), 39-65.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
<https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Guerra, D., Paixão, A. N. D., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, 61(3), 695-734. <https://doi.org/10.1590/001152582018171>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Greene W (2008) The econometric approach to efficiency analysis. In: Fried H, Knox Lovell C, & Schmidt S (eds) *The measurement of productive efficiency and productivity growth*. (Vol.1, pp. 92-250). Oxford University Press, Oxford.

- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman editora.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estimativa da população*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatísticas/sociais/população/9103-estimativas-de-população.html?=&t=resultados>
- Jöst, P., & Lust, E. (2022). Receiving more, expecting less? Social ties, clientelism and the poor's expectations of future service provision. *World Development*, 158, 106008. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.106008>
- Kao, K., Lust, E., & Rakner, L. (2022). Vote-buying, anti-corruption campaigns, and identity in African elections. *World Development*, 160, 106064. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.106064>
- Khemani, S. (2015). Buying votes versus supplying public services: Political incentives to under-invest in pro-poor policies. *Journal of Development Economics*, 117, 84-93. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.07.002>
- Lira, E. (2023). Alinhamento partidário e oferta de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 57(1), 1-20. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220135>
- Melo, L. P. D. A. (2006). *Os determinantes políticos das finanças estaduais no Brasil: 1986-2002* [Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas]. FGV Digital Repository. <http://hdl.handle.net/10438/2486>
- Mendes, M., & Rocha, C. A. A. (2004). *O que reelege um prefeito?* Senado Federal, Consultoria Legislativa. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/99>
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Oliveira, F. A. D., Nobrega, W. C. L., & Maia, S. F. (2022). Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estudos Econômicos*, 52(1), 113-153. <https://doi.org/10.1590/1980-53575214fws>
- Orair, R. O., Gouvêa, R. R., & Leal, É. M. (2014). Ciclos políticos eleitorais e investimentos das Administrações Públicas no Brasil [Texto para discussão Nº 1999]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://www.econstor.eu/handle/10419/121728>
- Oriola, H. (2023). Political monetary cycles: An empirical study. *European Journal of Political Economy*, 79, 102437. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2023.102437>

- Preussler, A. P. da S., & Portugal, M. S. (2009). Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, 21(40), 179-206. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10740>
- Rocha, T. C., Araújo, J. M., & Brunozi Júnior, A. C. (2021). Budgetary, political and socioeconomic determinants of political-party succession: evidence of electoral behavior in brazilian municipalities. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(3), 35-53. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140302>
- Rogoff, K. S. (1987). Equilibrium political budget cycles [Working Paper N° 2428]. *National Bureau of Economic Research*. <https://www.nber.org/papers/w2428>
- Li, Q., Maydew, E. L., Willis, R. H., & Xu, L. (2022). Corporate tax behavior and political uncertainty: Evidence from national elections around the world. *Journal of Business Finance & Accounting*, 49(9-10), 1605-1641. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12605>
- Sever, C., & Yücel, E. (2022). The effects of elections on macroprudential policy. *Journal of Comparative Economics*, 50(2), 507-533. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2021.12.001>
- Saglie, J. (2020). Do party organizations integrate multi-level states? The case of the Norwegian local government reform. *Regional & Federal Studies*, 30(4), 579-597. <https://doi.org/10.1080/13597566.2019.1684268>
- Sakurai, S. N., & Menezes Filho, N. A. (2007). Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000 [Artigo apresentado]. Encontro Nacional de Economia, São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/001633251>
- Sakurai, S. N. & Gremaud, A. P. (2007). Ciclos políticos de negócios: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). *Economia Aplicada*, 11, 27-54. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000100002>
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39, 39-58. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>
- Santos, P. H. P., Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2021b). Ciclos políticos eleitorais: há influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos municípios mineiros? *Contabilidade Gestão e Governança*, 24(2), 239-255. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n2a6
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(8-9), 1367-1389. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>
- Tingsten, H. (1963). *Political behavior: Studies in election statistics*. Bedminster Press.

- Tingsten, H. L. G. (1937). Political behavior: Studies in election statistics. *American Political Science Review*, 31(6), 1164-1165.
- Videira, R. A., & Mattos, E. (2011). Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, 15, 259-286. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200005>
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>
- Zanetti, D. G. (2020). *Modelos de institucionalização da política de assistência social na América Latina: um estudo comparado sobre Brasil, Bolívia e México* [Tese de doutorado, Departamento De Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/45702>